

20/05/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S)	: FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA
RECTE.(S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECDO.(A/S)	: RUTH CONFORTO BOISSON SANTOS
RECDO.(A/S)	: JOSE LUIZ BOISSON SANTOS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - TAF, SINDIFISCAL
ADV.(A/S)	: OSVALDO HULLE E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDIFISCO NACIONAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S)	: PRISCILLA MEDEIROS DE ARAÚJO BACCILE E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE.	: ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE.	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE.	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE.	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE.	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS

RE 603580 / RJ

GERAIS

AM. CURIAE.	:ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE.	:ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	:ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE.	:ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE.	:ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE.	:ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE.	:ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	:CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - CONDSEF
AM. CURIAE.	:SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE
ADV.(A/S)	:VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INSTITUIDOR APOSENTADO ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003, PORÉM FALECIDO APÓS SEU ADVENTO. DIREITO DO PENSIONISTA À PARIDADE. IMPOSSIBILIDADE. EXCEÇÃO: ART. 3º DA EC 47/2005. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

I – O benefício previdenciário da pensão por morte deve ser regido pela lei vigente à época do óbito de seu instituidor.

II – Às pensões derivadas de óbito de servidores aposentados nos

RE 603580 / RJ

termos do art. 3º da EC 47/2005 é garantido o direito à paridade.

III – Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, apreciando o tema 396 da repercussão geral, dar parcial provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto ora reajustado do Relator, fixando-se a tese nos seguintes termos: *“Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (EC nº 41/2003, art. 7º), caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005. Não tem, contudo, direito à integralidade (CF, art. 40, § 7º, inciso I)”*. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli.

Brasília, 20 de maio de 2015.

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

18/12/2014

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S)	: FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA
RECTE.(S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECDO.(A/S)	: RUTH CONFORTO BOISSON SANTOS
RECDO.(A/S)	: JOSE LUIZ BOISSON SANTOS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - TAF, SINDIFISCAL
ADV.(A/S)	: OSVALDO HULLE E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDIFISCO NACIONAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S)	: PRISCILLA MEDEIROS DE ARAÚJO BACCILE E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE.	: ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE.	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE.	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE.	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE.	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS

RE 603580 / RJ

GERAIS

AM. CURIAE.	:ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE.	:ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	:ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE.	:ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE.	:ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE.	:ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE.	:ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	:CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - CONDSEF
AM. CURIAE.	:SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE
ADV.(A/S)	:VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE): Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O acórdão recorrido entendeu ser devida a pensão por morte aos recorridos no valor correspondente à integralidade dos proventos dos ex-servidores, aposentados antes do advento da Emenda Constitucional

RE 603580 / RJ

41/2003, mas falecidos após a sua promulgação.

Neste RE, interposto com base no art. 102, III, a, da Constituição Federal, alegou-se, em suma, afronta aos arts. 40, § 7º e § 8º, da mesma Carta, bem como ao art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

Sustentou-se, em suma, a impossibilidade de se estender aos pensionistas eventuais aumentos concedidos aos servidores da ativa, ao argumento de que os instituidores das pensões, embora aposentados antes do advento da referida emenda, faleceram após sua promulgação.

Submeti o tema ao Plenário Virtual, que entendeu pela repercussão geral da questão constitucional, em decisão assim ementada:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. DIREITO A PARIDADE E INTEGRALIDADE. APOSENTADORIA ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 41/2003 E FALECIMENTO APÓS A SUA PROMULGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL” (fl. 394).

A Procuradoria Geral da República manifestou-se pelo desprovimento do recurso, em parecer assim ementado:

“Recurso Extraordinário. Pensão por Morte. Aplicabilidade do parágrafo único do artigo 3º da EC nº 47/2005. Irrelevância do óbito ter ocorrido antes ou depois da EC 41/2003. Paridade assegurada. Pelo desprovimento do recurso”.

Deferi o ingresso no feito, na qualidade de *amici curiae*, da União, do Distrito Federal, dos Estados – Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo –, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, do Sindicato

RE 603580 / RJ

Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO NACIONAL, do Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização-TAF (SINDIFISCAL) e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF.

É o relatório necessário.

18/12/2014

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

VOTO

SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE):
Registro, de início, o que consignou o Ministro Marco Aurélio ao manifestar-se, no Plenário Virtual, sobre a repercussão geral:

“O extraordinário versa [sobre] a aplicação da Carta Federal no tempo. Cumpre definir o alcance da Emenda Constitucional nº 41/2003, que alterou os parâmetros referentes à pensão. O tema foi objeto de debate e decisão prévios e é passível de repetir-se em inúmeros processos”.

Como bem destacado, caberá a esta Corte definir se a pensão por morte de ex-servidores, aposentados antes do advento da Emenda Constitucional 41/2003, mas falecidos após a sua promulgação, deve ou não corresponder à integralidade dos proventos de aposentadoria do instituidor.

Na origem, os ora recorridos, pensionistas de servidores aposentados do Estado do Rio de Janeiro, ingressaram com ação buscando a revisão de seus benefícios previdenciários, a fim de que correspondessem aos vencimentos dos servidores em atividade.

A ação foi julgada procedente. Contra essa decisão o Estado do Rio de Janeiro e o Fundo Único de Previdência Social apelaram, mas o recurso teve o seu seguimento negado sob o fundamento de que os ora recorridos tinham direito à pensão nos mesmos valores dos proventos dos servidores falecidos, se vivos fossem.

Inconformados, os recorrentes manejaram este RE, em que se sustentou, em síntese, que, como os servidores instituidores da pensão

RE 603580 / RJ

faleceram depois da EC 41/2003, os pensionistas não teriam direito à paridade da pensão com os vencimentos dos servidores da ativa.

Bem examinados os autos, contudo, entendo que não lhes assiste razão.

Como se sabe, a EC 41/2003 pôs fim à “paridade” – garantia constitucional que reajustava os proventos de aposentadoria e as pensões sempre que se reajustassem os vencimentos dos servidores da ativa. A regra estava prevista no art. 40, § 8º, da CF, incluído pela EC 20/98.¹

O texto atual prevê apenas o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

Dessa forma, se o falecimento do servidor ocorreu após a vigência da EC 41/2003, não tem o pensionista direito à paridade.

Isso porque, assim como a aposentadoria se rege pela legislação vigente à época em que o servidor implementou as condições para sua obtenção, a pensão igualmente regula-se pela lei vigente por ocasião do falecimento do segurado instituidor. Tudo isso em observância ao princípio *tempus regit actum*.

Esse tema é por demais conhecido desta Corte, sendo pacífica a jurisprudência, conforme se observa do julgamento do RE 499.464/RJ, de minha relatoria, cujo acórdão foi assim ementado:

“PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI NOVA.

1 “§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei”.

RE 603580 / RJ

AUMENTO DO BENEFÍCIO. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. I - O benefício previdenciário da pensão por morte deve ser regido pela lei vigente à época do óbito de seu instituidor. II - Impossibilidade de retroação de lei nova para alcançar situações pretéritas. III - Recurso extraordinário conhecido e provido”.

Na mesma linha foi o decidido no ARE 699.864-AgR/RJ, Rel. Min. Teori Zavascki; RE 581.530-AgR/ES, Rel. Min. Dias Toffoli; RE 638,227-AgR/RJ, Rel. Min. Luiz Fux; RE 577.827-AgR/RJ, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 320.179/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 465.072/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes.

Assim, falecido o servidor público após 19/12/2003, data da publicação da EC 41/2003, a pensão por morte de seus dependentes deve ser reajustada nos termos da lei, conforme dispõe o art. 40, § 8º, do Texto Constitucional.²

Há, contudo, uma exceção a essa regra, que foi trazida pela EC 47/2005, a chamada “PEC paralela” no processo de reforma da previdência. Dita Emenda Constitucional garantiu a paridade às pensões derivadas de óbito de servidores aposentados pelo art. 3º da EC 47, ou seja, para aqueles que tenham ingressado no serviço público até 16/12/98 e preencham os demais requisitos ali consignados.

Transcrevo, por oportuno, os referidos dispositivos:

“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá

2 “§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei”.

RE 603580 / RJ

aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo” (EC 47/2005).

“Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei” (EC 41/2003).

Como se nota, a inserção, por meio da EC 47/2005, de regra excepcionalíssima de extensão da garantia da paridade às pensões derivadas de óbito de servidores aposentados nos termos do seu art. 3º,

RE 603580 / RJ

reforça a tese de que, para os servidores que não estão abrangidos por essas regras a pensão por morte de seus dependentes deve ser reajustada nos termos da lei, conforme dispõe o art. 40, § 8º, do Texto Constitucional.

Nesse sentido, Fernando Ferreira Calazans, em artigo especializado sobre o tema, asseverou que *“a pensão derivada de óbito (...) de servidor não aposentado pelo art. 3º da Emenda 47 não tem direito à paridade”*.³

No caso em exame, os servidores estão abrangidos pela exceção, ou seja, possuem direito à paridade, pois os instituidores da pensão faleceram muito antes da entrada em vigor das regras que puseram fim a paridade, conforme se observa na sentença de fls. 262-272.

Por todas essas razões, nego provimento ao recurso extraordinário.

3 CALAZANS, Fernando Ferreira. A extinção da paridade remuneratória para as pensões pós-Emenda 41: uma questão ainda controvertida no Judiciário Mineiro. Disponível em: <<http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/artigos/692012.pdf>>. Acesso em: 1º/12/2014.

18/12/2014

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

VISTA

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Senhor Presidente, eu queria evitar de pedir vista, de modo que vou procurar tentar entender um pouco melhor a hipótese.

Quando o servidor se aposentou, vigia o regime de paridade. Quando ele faleceu, portanto, surgiria o direito à pensão, já não vigia mais o direito de paridade. Mas, o Ministro Lewandowski sustenta que há uma exceção.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Exceção expressa, que foi feita no art. 3º da Emenda 47, que permite excepcionalissimamente o direito à paridade nesses casos que arrolo aqui.

Mas, se Vossa Excelência quiser pedir vista, inclusive, como é o caso do Rio de Janeiro, e Vossa Excelência foi um ilustríssimo procurador do Estado, com conhecimento de causa, portanto...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não muda nada, não, Presidente: se é certo, é certo; se não é certo, não é certo.

Eu vou só ler o art. 3º.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O parágrafo único versa critérios de revisão, não aquisição do direito.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu vou pedir vista. Eu verdadeiramente estou em dúvida e quero ver isso com calma.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

RE 603580 / RJ

(PRESIDENTE E RELATOR) - Eu fico confortado com o pedido de vista de Vossa Excelência, porque, como disse a advogada da tribuna, não só essa decisão vai atingir aqui quase quinhentos casos sobrestados, mas também pode ter repercussão sobre os outros Estados.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: E há outra questão que se insinua e que se refere àqueles servidores que, embora podendo aposentar-se, nos termos do art. 3º dessa Emenda, não o fizeram.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Exato, porque não se trata do direito aos proventos da aposentadoria, mas, sim, do direito à pensão. Por isso ficaria com a primeira ementinha elaborada por Vossa Excelência: o benefício previdenciário da pensão por morte é regido pela legislação vigente à época do óbito.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S) : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOPREVIDÊNCIA

RECTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECDO.(A/S) : RUTH CONFORTO BOISSON SANTOS

RECDO.(A/S) : JOSE LUIZ BOISSON SANTOS

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AM. CURIAE. : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – TAF, SINDIFISCAL

ADV.(A/S) : OSVALDO HULLE E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDIFISCO NACIONAL – SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ADV.(A/S) : PRISCILLA MEDEIROS DE ARAÚJO BACCILE E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE

AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO



FEDERAL - CONDSEF

AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE
ADV.(A/S) : VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que negava provimento ao recurso extraordinário, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Falou, pelo Estado do Rio de Janeiro, a Dra. Daniela Allam e Giacomet, OAB/DF 14.740. Plenário, 18.12.2014.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte
Assessora-Chefe do Plenário

20/05/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

VOTO-VISTA:

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO:

Ementa: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. DIREITO À PARIDADE. REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 3º DA EC Nº 47/2005. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. A pensão por morte é regida pela norma em vigor à data do óbito do servidor (*tempus regit actum*).

2. Servidor que ingressou no serviço público anteriormente ao advento da EC nº 20/1998, faleceu após a promulgação da EC nº 41/2003, mas cumpriu os requisitos previstos no art. 3º da EC 47/2005.

3. Direito à paridade, nos termos do art. 3º da EC 47/2005. Inexistência de direito à integralidade.

4. Afirmação, em repercussão geral, da seguinte tese: “Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade, caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC 47/2005. Não têm, contudo, direito à integralidade.”

5. Provimento parcial do recurso

RE 603580 / RJ

extraordinário para rejeitar o direito dos pensionistas à integralidade, reafirmando-se, contudo, seu direito à paridade.

1. Trata-se de ação ordinária pela qual os autores, todos pensionistas, requerem a extensão a suas pensões do reajuste gradual de proventos de que tratou a Lei estadual nº 4.688, de 29/12/2005, norma que alterou os vencimentos e proventos dos servidores da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro DER/RJ. Pleiteiam, portanto, *a paridade* entre suas pensões e os proventos e vencimentos da categoria paradigma.

2. Em primeiro grau, o feito foi julgado parcialmente procedente para condenar os réus *a proceder à revisão dos benefícios* em favor de apenas dois autores. Entendeu a sentença que os demais autores não tinham direito a ter as suas pensões revistas porque eram dependentes de servidor que não integrara o DER/RJ, mas entidade diversa da administração estadual, não abrangida pela Lei nº 4.688/2005.

3. O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro RIOPREVIDÊNCIA e o Estado do Rio de Janeiro, ora recorrentes, apelaram da decisão, tendo-se negado seguimento à apelação, por meio de decisão monocrática, que confirmou a sentença, afirmando que *a pensão por morte deve corresponder à totalidade da remuneração do servidor falecido, se vivo [fosse]*. Na sequência, os recorrentes interpuseram agravo regimental, que restou desprovido por acórdão cuja ementa tinha o seguinte teor:

“AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO RÉU.

1. Recurso interposto em face de sentença que julgou procedente o pedido, para condenar os apelantes a procederem à revisão do benefício percebido pelos apelados, observada remuneração do servidor falecido, como se vivo fosse, com todos os benefícios e vantagens, bem como ao pagamento de

RE 603580 / RJ

valores atrasados não pagos e que não foram atingidos pela prescrição;

2. Registre-se que o Estado do Rio de Janeiro tem legitimidade passiva para figurar no polo passivo da demanda, diante da solidariedade legal prevista em lei.

3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, a pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos do servidor falecido, como se vivo fosse. Incidência da Súmula 68 do TJRJ.

4. Agravo interno desprovido.”

4. Contra esta decisão, os recorrentes opuseram embargos de declaração e, em seguida, recurso extraordinário. Alegaram, em sua defesa, que os direitos à integralidade e à paridade foram extintos pela EC 41/2003, ressalvadas apenas as situações já constituídas à luz do regramento anterior (arts. 3º e 7º). Como o falecimento do servidor instituidor da pensão ocorreu em 31-07-2004, posteriormente à edição da aludida emenda, a ressalva não se aplicaria ao presente caso.

5. Assim, segundo os recorrentes, deve-se aplicar à hipótese a regra geral segundo a qual *o regime jurídico aplicável ao pensionamento é aquele em vigor na data do óbito do servidor e não aquele vigente quando de sua passagem para a inatividade*.

6. A repercussão geral da matéria foi reconhecida, por decisão do Plenário Virtual desta Corte, que assim ficou ementada:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. DIREITO A PARIDADE E INTEGRALIDADE. APOSENTADORIA ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 41/2003 E FALECIMENTO APÓS A SUA PROMULGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.”

7. O eminente relator, Ministro Ricardo Lewandowski, votou no sentido de negar provimento ao recurso. Pedi vista para analisar mais detidamente as peculiaridades do caso.

8. Feita esta breve recapitulação, passo ao voto.

RE 603580 / RJ

I. O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO PENSIONAMENTO E A MÁXIMA DO “TEMPUS REGIT ACTUM”

9. Primeiramente, é importante esclarecer que a instituição de benefício previdenciário rege-se pela máxima do *tempus regit actum*. Aplica-se à pensão por morte a legislação vigente ao tempo em que ocorreu o fato ensejador de sua concessão. O fato gerador da pensão é o falecimento do servidor. Portanto, o regime jurídico aplicável ao pensionamento é aquele que se encontrava em vigor na data do óbito. Esse entendimento encontra-se consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como se verifica pelas ementas transcritas abaixo.

“Agravos regimentais em recurso extraordinário com agravos. **Pensão por morte. Norma vigente à data do óbito. Aplicabilidade.** Advento da Lei nº 8.112/90, que transformou vínculos celetistas em estatutários. Falecimento antes da edição da Lei nº 8.112/90. Pensão concedida sob regime celetista. Conversão para regime estatutário. Impossibilidade. Precedentes.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que se aplica ao benefício previdenciário da pensão por morte a lei vigente ao tempo em que ocorreu o fato ensejador de sua concessão, no caso, o óbito do instituidor da pensão.

2. O acórdão recorrido está em sintonia com a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que as regras dos parágrafos 4º e 5º do art. 40 da Constituição Federal (redação originária) não se aplicam ao servidor submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, segurado da Previdência Social, que tenha falecido ou se aposentado antes do advento da Lei nº 8.112/90.

3. Agravo regimental não provido.”

(ARE 774.760-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma,

RE 603580 / RJ

grifou-se)

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. FISCAIS DE RENDA. PENSÃO POR MORTE. 1) **A pensão por morte rege-se pela legislação em vigor na data do falecimento do segurado. Princípio da lei do tempo rege o ato (*tempus regit actum*).** Precedentes. 2) Impossibilidade de análise de legislação local (Lei Complementar estadual n. 69/1990 e Lei estadual n. 3.189/1999). Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental ao qual se nega provimento.”

(ARE 763.761-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, Segunda Turma, grifou-se)

10. O óbito do instituidor da pensão, no caso em exame, ocorreu em 2004. Nesta data, já se encontrava em vigor a EC 41/2003, que estabeleceu novo regime jurídico para o pensionamento de dependentes de servidores públicos, extinguindo o direito à integralidade e à paridade entre vencimentos, proventos e pensões.

II. A EXTINÇÃO DOS DIREITOS À INTEGRALIDADE E À PARIDADE PELA EC Nº 41/2003

11. De fato, o *direito à integralidade*, na redação anterior à EC 41/2003, encontrava-se contemplado no art. 40, §7º, CF, que estipulava que a pensão por morte seria *igual ao valor dos proventos do servidor falecido*.

12. O *direito à paridade*, por sua vez, encontrava-se previsto na redação do art. 40, §8º, CF, segundo a qual as pensões seriam revistas *na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade*, sendo estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade.

13. A EC 41/2003 alterou a redação dos referidos dispositivos. No que respeita ao *valor das pensões*, previu que estas corresponderiam ao montante dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo

RE 603580 / RJ

estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS), acrescido de 70% da importância excedente deste limite.[1] A nova regra adere à tendência de conceder pensão menor do que a remuneração percebida pelo falecido, ao fundamento de que as necessidades de manutenção da família diminuem com o falecimento de um membro.

14. No que respeita ao critério de reajuste das pensões, a EC nº 41/2003 previu que este deveria preservar, *em caráter permanente*, o seu *valor real*, conforme critérios estabelecidos em lei, afastando a revisão na mesma data e sem distinção de índices no que respeita aos servidores em atividade, que vigorara até então.

15. Confira-se a nova redação dos dispositivos:

“Art. 40. [...].

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.”

16. Diante da modificação do texto constitucional, surgiram alguns cenários transitórios que receberam tratamento diferenciado.

RE 603580 / RJ

III. A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NOS ARTS. 3º E 7º DA EC Nº 41/2003

17. Os arts. 3º e 7º da EC 41/2003 preservaram o direito à integralidade e à paridade *daqueles que já se encontravam fruindo dos benefícios previdenciários, bem como daqueles que já haviam cumprido todos os requisitos para tanto na data da publicação da referida emenda (31/12/2003)*, resguardando, portanto, eventuais direitos já adquiridos. Confira-se o teor de tais dispositivos:

“Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, **até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos** para obtenção desses benefícios, **com base nos critérios da legislação então vigente** .

(...)

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, **em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade** , sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.” (Grifou-se)

18. Entretanto, o instituidor da pensão, no caso em exame,

RE 603580 / RJ

faleceu no ano de 2004, de modo que os recorridos passaram a fazer jus ao benefício da pensão por morte após a publicação da EC 41/2003. Assim, assiste razão aos recorrentes quando afirmam que o caso dos autos não se subsume às hipóteses dos arts. 3º e 7º da EC 41/2003.

IV. A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 3º DA EC Nº 47/2005

19. Ocorre, todavia, que a EC nº 47/2005 alterou mais uma vez as normas que regem a previdência e trouxe nova regra de transição sobre a matéria, prevendo, no que interessa ao caso em exame, que a paridade subsistirá, ainda que o falecimento do instituidor da pensão se dê após o marco temporal de 31.12.2003, desde que sejam preenchidos pelo servidor os requisitos de: i) 35 anos de contribuição, ii) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, iii) 15 anos de carreira e iv) 5 anos no cargo em que se deu a aposentadoria. De fato, o art. 3º da EC 47/2005 dispôs:

“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, **o servidor** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, **que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais**, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que

RE 603580 / RJ

exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.” (Grifou-se)

20. O art. 6º da EC 47/2005, por sua vez, conferiu à nova norma de transição efeitos retroativos à data da vigência da EC 41/2003. Veja-se:

“Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.” (Grifou-se)

21. Assim, de acordo com o parágrafo único do art. 3º da EC 47/2005, as pensões derivadas de aposentadorias que tenham atendido aos requisitos elencados no *caput* do mesmo artigo obedecem ao critério de revisão previsto no art. 7º da EC 41/2003. O art. 7º, por sua vez, trata exatamente da concessão de revisão para inativos e pensionistas com paridade de critérios no que respeita aos servidores em atividade.

22. Nesse sentido, Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari, em seu Manual de Direito Previdenciário, esclarecem:

“Ainda quanto à sistemática de revisão da pensão por morte há uma importante exceção prevista na Emenda Constitucional n. 47, de 2005, na hipótese das pensões decorrentes das aposentadorias integrais e com direito a paridade com base na regra de transição criada pelo art. 3º dessa Emenda , aplicável aos servidores que ingressaram no serviço público até a EC nº 20/98.

Nessa situação, será adotado o critério de paridade às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com o mencionado

RE 603580 / RJ

artigo.” (fls. 870, grifou-se)

23. É relevante notar que o servidor instituidor da pensão, no presente caso, ingressou no serviço público (e se aposentou) anteriormente à EC 20/1998. O servidor atendeu, ainda, aos requisitos do art. 3º da EC 47/2005 (fl. 101), nos termos do disposto no art. 4º da EC 20/1998, segundo o qual: *o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição*.

24. Assim, os recorridos têm efetivamente direito à paridade de critérios de reajuste com os servidores em atividade que ocupam o mesmo cargo em que se aposentou o servidor falecido, porque o caso se enquadra na nova regra de transição estipulada pelo art. 3º, par. único, EC nº 47/2005, à qual foram conferidos efeitos retroativos à data de vigência da EC nº 41/2003.

25. É importante notar, contudo, que a EC 47/2005 estendeu aos pensionistas apenas o direito à paridade. Não lhes concedeu o direito à integralidade. Previu que os pensionistas na situação dos recorridos teriam direito à revisão do valor de sua pensão nos termos do art. 7º da EC nº 41/2003. Mas não estabeleceu que perceberiam o mesmo valor dos proventos percebidos pelo servidor falecido.

26. Portanto, está correto o acórdão recorrido no que respeita ao direito dos recorridos à paridade. Merece reparo, contudo, na parte em que também lhes atribui direito à integralidade, ao qual não fazem jus, por não ter sido tal benefício contemplado pelo art. 3º, par. único, da EC nº 47/2005.

V. CONCLUSÃO

27. Com base nos fundamentos expostos acima, acompanho o relator no que respeita ao direito dos pensionistas à paridade. Voto, contudo, **pelo provimento parcial ao recurso extraordinário**, de modo a observar que os recorridos não têm direito à integralidade.

28. Fixo como tese de repercussão geral que: “*Os pensionistas*

RE 603580 / RJ

de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade, caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC 47/2005. Não têm, contudo, direito à integralidade”.

Notas:

[1] Há quem entenda que a regra que extinguiu a integralidade, reduzindo o benefício de pensão em 30% do valor que superasse o limite do RGPS, passou a ser aplicável apenas a partir de 21-06-2004, data em que entrou em vigor a Lei nº 10.887/2004, em virtude do que dispôs seu art. 2º, que regulamentou o disposto no novo § 7º do art. 40 da Constituição. Neste sentido: ZAMBITTE, Fábio. *Curso de Direito Previdenciário*, 19. ed., 2014, p. 766. Trata-se, contudo, de questão prescindível para a solução do presente caso, uma vez que o instituidor da pensão faleceu após a vigência da Lei nº 10.887/2004.

20/05/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Ministro Barroso, estou aqui observando, faz muito tempo que proferi esse voto. É um voto complexo, realmente, porque envolve direito intertemporal e eu estou revendo o meu voto aqui e não estou vendo uma menção expressa à integralidade, mas sim à paridade. Mas é fato também, por outro lado, que... Eu estou negando provimento.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É isso. E o acórdão de origem dera as duas coisas.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois é. Então, eu digo: No caso em exame, os servidores estão abrangidos pela exceção, ou seja, possuem direito à paridade, pois os instituidores da pensão faleceram muito antes da entrada em vigor das regras que puseram fim à paridade, conforme se observa e tal...

Deixa só eu ver aqui, eminente Ministro, qual foi o pedido. Recurso extraordinário. O acórdão entendeu ser devida a pensão por morte aos recorridos no valor correspondente à integralidade dos proventos dos ex-servidores aposentados antes do falecimento, mas falecidos após... no RE tal, tal, tal...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu acho que a única alteração seria dar provimento parcial, porque tudo mais estaria correto.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Parcial. Está perfeito. Eu acho que não é...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Vossa Excelência reconhece, expressamente, o direito à paridade.

RE 603580 / RJ

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Paridade. É isso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - À paridade. À paridade apenas.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Isso está claro nas páginas 4 e 5 do seu voto.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Interpretando os artigos 3º e 7º da Emenda 47. Então, eu reformulo o meu voto para acompanhar agora esta posição, até porque eu não fiz menção à integralidade. Eu, então, dou provimento parcial e adoto essa tese de Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Estou encaminhando a Vossa Excelência a tese.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - E proclamo essa tese:

"Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade caso se enquadre na regra de transição, prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47. Não têm, contudo, direito à integralidade".

Está bem. Perfeito. Eu faço menção à Jurisprudência. Deixe-me ver aqui.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Acho que Vossa Excelência, em nenhum momento, faz menção à integralidade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Não faço mesmo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Portanto, é só mudança do dispositivo.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Exatamente. Eu insisto apenas, realmente, na paridade, que é o que a norma superveniente garante.

RE 603580 / RJ

Então, eu reformulo meu voto para, agora, deixar expresso que, embora tenha direito à paridade, não tem direito à integralidade. Adoto essa tese, farei constar do meu voto essa alteração, já estou fazendo.

20/05/2015

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580 RIO DE JANEIRO

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, eu adianto que estou de acordo. Apenas penso que seria importante conceituar exatamente o que é paridade e o que é integralidade.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu conceituo no meu voto.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – Certo. Mas penso que talvez fosse importante conceituar também na tese a ser aprovada. Na verdade, “integralidade” é o parâmetro ou o critério de fixação do valor do benefício, e “paridade” é o critério de reajuste desse benefício. Um está previsto no § 7º do art. 40, que seria igual ao valor dos proventos de servidor falecido e seria a integralidade; o outro está previsto no § 8º, segundo o qual os benefícios seriam reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Portanto, talvez seja o caso de esclarecer: considera-se paridade o critério de reajuste do benefício, e integralidade o critério de fixação do próprio valor do benefício.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu concordo. Eu teria dúvida de botar isso na tese. Eu coloquei no voto exatamente o que Vossa Excelência diz, mas não me oponho.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Mas acho que vale à pena, Ministro Barroso. A tese proposta pelo Ministro Barroso, que eu acolho, é a seguinte:

"Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade, assim entendida..."

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Paridade de reajuste. Paridade dos critérios de reajuste.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É só

RE 603580 / RJ

porque esse é um jargão mesmo, quando se fala em paridade está se referindo a isso mesmo.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Na verdade, essas duas expressões...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então, "paridade", e abrimos um parênteses?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - É só para efeito pedagógico mesmo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ok. E qual é a definição que Vossa Excelência põe? Aí abrimos um parêntese em paridade.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Paridade é o critério de reajuste.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Paridade (critério de reajuste).

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Integralidade (critério de fixação do valor do benefício).

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não me oponho, abrimos um parêntese e colocamos essa ideia do Ministro Teori.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Critério de reajuste?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Parece-me relevante inserir, na formulação da tese, **depois** do reconhecimento *do direito à paridade*, **a observação** de que os pensionistas *não têm direito à integralidade*.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Mas é que o Ministro Teori quer ser mais didático, explicitar desde logo o que é essa paridade, o critério de reajuste.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu colocaria, entre parentes, na paridade, reajuste ou revisão. O que Vossa Excelência prefere?

RE 603580 / RJ

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Vossa Excelência citou ora reajuste, ora revisão.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - O critério de revisão ou reajuste.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Reajuste em Direito Administrativo é um conceito diferente. Aqui é revisão.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Na verdade, não, porque, na paridade, os inativos têm direito a todos os benefícios dados aos que estão em atividade, seja revisão ou seja reajuste.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, mas ele está distinguindo a paridade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Nós podemos colocar reajuste/revisão.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É, porque a paridade é bem equacionada pelo Ministro.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então, entre parênteses, critério de revisão/reajuste. E, no caso da integralidade...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Não têm, contudo, direito à integralidade, entre parênteses...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Definição do valor do benefício.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - É critério de fixação do valor do benefício.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Isso, critério de fixação do valor do benefício. Acho que está bem assim, entrando entre parênteses, depois de integralidade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Ficou complexo, mas, de qualquer maneira, é só para os *experts*. Mas vou ler, então, como ficou a tese:

"Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (critérios de reajuste/revisão), caso se enquadrem na regra de transição, prevista no artigo 3º da Emenda Constitucional..."

RE 603580 / RJ

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Na realidade, a Constituição fala em reajustamento. Não fala nem em revisão, nem em reajuste. A Constituição diz que é assegurado o reajustamento dos benefícios.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Vamos usar o conceito constitucional. É no 8º?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A referência é feita entre parênteses ao artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Esse dispositivo que Vossa Excelência acaba de ler...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: ... consta do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A Constituição também usa para o mesmo fenômeno jurídico vários..., lá no texto permanente ela fala em reajustamento.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É verdade.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu estou indo lá, Ministro Celso, porque, se houver alternativa da solução pela remissão, eu acho que ela deixa o texto mais limpo do que a definição.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Isso, mais técnico. Estão de acordo?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Estou de acordo. Acho que sim.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - E quanto à paridade? Vamos usar o mesmo critério? E quanto a integralidade?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ministro

RE 603580 / RJ

Teori, esse artigo 7º é a definição de paridade mesmo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Têm direito à paridade com os servidores em atividade (EC nº 41/2003, artigo 7º).

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Também é artigo 7º?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Esse é o da paridade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - E da integralidade?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Não têm, contudo, *direito à integralidade*.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A integralidade estaria, no texto permanente, no § 7º, inciso I, do artigo 40.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É isso mesmo, aí coloca CF, artigo 40, § 7º, inciso I.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É, ao valor da totalidade dos proventos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Isso, eu acho melhor por remissão do que por definição. Está bem assim.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Artigo 40.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Artigo 40, § 7º, inciso I.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Inciso I da Emenda Constitucional nº 40.

RE 603580 / RJ

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Trata-se do artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição, que não reconhece o direito à integralidade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - E com relação à paridade?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O direito à paridade tem por suporte o art. 7º da EC nº 41/2003.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Está bem, é de transição.

Bem, então eu vou ler novamente como ficou a tese:

"Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à Emenda Constitucional nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (artigo 7º da EC nº 41/2003), caso se enquadrem na regra de transição prevista no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. Não têm, contudo, direito à integralidade (artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal)".

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, apenas para constar das notas taquigráficas, registro que, quanto à integralidade, fui relator de acórdão na Corte Especial do STJ (MS 14.743, Dje de 02/09/10), em que sustentei o seguinte:

"1.O cerne da questão está em saber em que momento a Impetrante implementou os requisitos para obtenção do benefício de pensão por morte.Há um equívoco fundamental no raciocínio desenvolvido na inicial, que é o de considerar como data dessa implementação (ou seja, como fato gerador do benefício de pensão por morte), a mesma do benefício de aposentadoria do marido falecido. Na verdade, os benefícios são inteiramente independentes: são devidos a pessoas diferentes e têm fatos geradores próprios. A circunstância do marido estar no gozo do benefício de aposentadoria não significa que, só por isso, sua esposa já tenha implementado o direito a receber pensão por morte. Com efeito, um dos elementos fáticos essenciais ao nascimento, em favor da viúva, do direito à pensão (ou seja, o fato gerador desse benefício), é a morte do seu

RE 603580 / RJ

marido. Esse aspecto é ressaltado no próprio parecer do Ministério Público: "O implemento das condições para o recebimento da pensão deu-se com o passamento do Ministro aposentado ..." (fls. 92). Antes desse evento, o que havia era mera expectativa de direito, não um direito subjetivo desde logo exercível, como exige, para a configuração de direito adquirido, o art. 6º, § 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.

2.Ora, enquanto não implementados os requisitos próprios para a aquisição do direito (que, no caso do benefício de pensão por morte, enfatize-se, é o falecimento do servidor), não há qualquer empecilho constitucional que iniba o legislador, muito menos o Constituinte, de alterar as normas que regem o benefício. Não fosse assim, estar-se-ia assegurando, não um direito adquirido, mas sim a manutenção de um regime jurídico relativo a um direito subjetivo futuro, cuja aquisição sequer é certa. A respeito da legitimidade da intervenção do legislador em situações em que não se consumou inteiramente o fato gerador do direito, é didático o precedente do STF que considerou constitucional a Lei 8.030, de 1990 (conversão da Medida Provisória 154, de 1990), que revogou o art. 1º, da Lei 7.830, de 1989, que assegurava aos vencimentos dos servidores públicos reajustamentos trimestrais "em percentual igual à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, verificada nos três meses anteriores" (MS 21.216, RTJ 134/1112). Considerou o STF que, na data da revogação da lei, não existia direito adquirido, por razões assim expostas nos votos: "Para a aquisição do direito, ou seja, para o ingresso deste no patrimônio do pretense titular, seria mister que, antes da revogação, se houvessem reunido e consumado todos os elementos, isto é, os fatos idôneos à sua constituição ou produção" (Octávio Gallotti, p. 1119); "O momento aquisitivo do direito vindicado - não fosse a intercorrente alteração legislativa - ter-se-ia consumado com a conjugação desses dois elementos essenciais já referidos: a ocorrência da variação nominal do IPC e a efetiva prestação laboral, no mês de abril/90"; Antes disso, a situação jurídica estava "em processo de constituição" caracterizando "mera expectativa de direito (...) não oponível ao Estado" e que não "pode ser invocada para inibir-lhe o desempenho de suas típicas

RE 603580 / RJ

funções jurídico-institucionais: a função de legislar" (Celso de Mello, p. 1125); "Não se adquire o direito a índice, não se adquire o direito a moeda, não se adquire o direito a reajustamento; adquire-se o direito ao salário *pro labore facto* no mês de competência" (Célio Borja, p. 1130); "Não há direito adquirido. Para que este surja é necessário que, no mundo real, (ocorra) o fato complexo previsto abstratamente na norma jurídica como causa de nascimento do direito subjetivo de modo integral" (Moreira Alves, p. 1131).

Esse entendimento é apenas um de muitos outros, no sentido de que inexistente direito adquirido à manutenção de regime jurídico. Veja-se, a título ilustrativo, a orientação do STF: a) o direito a aposentadoria regula-se pela lei vigente ao tempo em que forem implementados todos os requisitos necessários; antes disso, não há direito adquirido, nada impedindo que a lei seja alterada, com modificação do regime vigente (súmula 359-STF; RTJ 75/481); b) enquanto não completado integralmente o período aquisitivo correspondente, não há direito adquirido a licença-prêmio ou à sua conversão em dinheiro, nada impedindo que o legislador modifique ou mesmo extinga tais vantagens (RTJ 123/681); c) não há direito adquirido a vantagem prevista em lei enquanto não implementada a condição temporal que a autorizaria (RTJ 123/372)".



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 603.580

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S) : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOPREVIDÊNCIA

RECTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECDO.(A/S) : RUTH CONFORTO BOISSON SANTOS

RECDO.(A/S) : JOSE LUIZ BOISSON SANTOS

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AM. CURIAE. : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : SINDICATO DO PESSOAL DO GRUPO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – TAF, SINDIFISCAL

ADV.(A/S) : OSVALDO HULLE E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDIFISCO NACIONAL – SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ADV.(A/S) : PRISCILLA MEDEIROS DE ARAÚJO BACCILE E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE

AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO



FEDERAL - CONDSEF

AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE
ADV.(A/S) : VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que negava provimento ao recurso extraordinário, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Falou, pelo Estado do Rio de Janeiro, a Dra. Daniela Allam e Giacomet, OAB/DF 14.740. Plenário, 18.12.2014.

Decisão: O Tribunal, apreciando o tema 396 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto ora reajustado do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), fixando-se a tese nos seguintes termos: "Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (EC nº 41/2003, art. 7º), caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005. Não tem, contudo, direito à integralidade (CF, art. 40, § 7º, inciso I)". Ausentes, neste julgamento, os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 20.05.2015.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte
Assessora-Chefe do Plenário